

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2003

1.ª FASE
1.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

- É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada**, Revisão de 1997 ou Revisão de 2001.
- Esta prova é constituída por 4 grupos:
 - Grupo I, constituído por 5 itens, dos quais só deverá responder a 4;
 - Grupo II, constituído por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo III, constituído, também, por 3 itens de resposta obrigatória;
 - Grupo IV, constituído por 2 temas em opção.
- Nos Grupos I e IV dê atenção às instruções que antecedem os respectivos itens e temas.
- Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

I

Após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só as quatro primeiras respostas serão classificadas.

O Governo aprovou o decreto-lei n.º 304/2001, que obriga a informar os consumidores sobre a quantidade de dióxido de carbono emitida pelos automóveis novos de passageiros. Este diploma visa cumprir uma directiva comunitária que impõe a publicitação, nomeadamente nos locais de venda ao público, da quantidade de dióxido de carbono emitida por aqueles veículos.

1. O Governo é um órgão de soberania.
Indique os outros órgãos de soberania.
2. O decreto-lei é uma fonte imediata de Direito.
Diga o que se entende por fonte imediata de Direito.
3. O diploma a que se refere o texto visa cumprir uma directiva comunitária.
Defina directiva comunitária.
4. Um decreto-lei contém normas jurídicas.
Mencione três características das normas jurídicas.
5. O acesso à informação sobre a quantidade de dióxido de carbono emitida pelos automóveis, constitui um direito subjectivo de cada consumidor.
Defina Direito subjectivo.

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória

II

«Em rigor, em todos os domínios em que o Direito regula a informação, há, pois, que chegar a soluções que permitam abranger igualmente a circulação da informação na *internet*, quer quanto ao problema da lei aplicável, quer quanto às formas de realização prática de Direito, quer quanto a uma série de muitos outros variados problemas. Na economia *on line*, isto pode conduzir a situações em que o que num dado Estado é considerado indecente e pouco ético é considerado legal noutro Estado.»

J. N. Cunha Rodrigues, «*Internet e Globalização*» in *As Telecomunicações e o Direito na Sociedade da Informação*, Instituto Jurídico da Comunicação, Fac. Direito de Coimbra, 1999

1. O termo Direito está utilizado no sentido de Direito Positivo.
Defina Direito Positivo.
2. A circulação da informação na *internet* levanta várias dificuldades no plano jurídico, podendo originar lacunas da lei.
Explique como deve proceder o juiz perante as lacunas da lei, de acordo com a lei portuguesa.
3. Situações idênticas podem ser objecto de regulamentação diferente, consoante o Estado em que se verificarem.
Relacione Direito e cultura.

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória

III

Leia com atenção os seguintes artigos do Código Civil:

Art.º 666º

O penhor confere ao credor o direito à satisfação do seu crédito, bem como dos juros, se os houver, com preferência sobre os demais credores, pelo valor de certa coisa móvel, ou pelo valor de créditos ou outros direitos não susceptíveis de hipoteca, pertencentes ao devedor ou a terceiro.

Art.º 667º

1. *Só tem legitimidade para dar bens em penhor quem os puder alienar.*
2. (...)

Atendendo ao disposto nos artigos transcritos, considere a seguinte situação:

Maria, de 40 anos foi, há um ano, declarada inabilitada por prodigalidade, tendo a respectiva sentença determinado a incapacidade de alienar qualquer tipo de bens e nomeado um curador. Acontece, porém, que, para garantia de um empréstimo que contraiu há dois meses junto de um vizinho, Maria entregou um quadro valioso como penhor.

1. O penhor é uma das garantias das obrigações.
Diga em que consiste o penhor.
2. Maria é representada por um curador.
Distinga curador de tutor.
3. **Explique**, face à situação jurídica em que Maria se encontra e às disposições legais transcritas, se o curador poderá obter a devolução do quadro.

IV

Este Grupo é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

É necessário criar uma agenda política da Bioética. Os avanços da investigação científica são brutais, constituindo uma verdadeira revolução invisível. A agenda política da Bioética tem de acordar para a clonagem, a experimentação e manipulação genética, a procriação medicamente assistida, a dignidade do embrião. Há cerca de dois anos a Assembleia da República discutiu e aprovou uma proposta de lei sobre reprodução medicamente assistida e Bioética. Contudo, enviado o diploma para promulgação, o Presidente da República exerceu o direito de veto.

Expresso, 2001.05.23 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- a necessidade de intervenção do Direito nas áreas novas da Bioética;
- o sentido do direito de veto exercido pelo Presidente da República.

TEMA B

É obrigação elementar do Provedor de Justiça dar resposta fundamentada ao cidadão que a ele recorre e prestá-la com a celeridade possível. Toda a queixa deve ficar concluída no prazo de um ano, a contar da data em que foi recebida. O Provedor emite recomendações legislativas em menor número e com menos frequência do que recomendações que visam a correcção de actos ilegais ou injustos dos poderes públicos.

Boletim da Ordem dos Advogados, n.º 16/2001, Julho/Agosto 2001 (adaptado)

Analise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- papel do Provedor de Justiça na defesa das liberdades e garantias dos cidadãos;
- inconstitucionalidade por acção e por omissão.

FIM

V.S.F.F.

129/5

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 x 15 pontos)	60 pontos

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	55 pontos

IV

Tema A ou B	30 pontos
	30 pontos

TOTAL **200 pontos**